



**05 DE MARÇO 2009**  
Quinta-feira

- PRODUÇÃO NO PAÍS VAI AO FUNDO DO POÇO NO TRIMESTRE
- RESTRIÇÃO PODE AFETAR NOVE SETORES
- IPI MENOR ATÉ JUNHO É TIDO COMO CERTO
- MONTADORAS QUEREM TJLP MAIS BAIXA PARA VENDER CAMINHÕES
- PRESIDENTE DA CNI É FAVORÁVEL À PRORROGAÇÃO DA REDUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
- Receita estuda como devolver IR das férias
- BB reduz taxas de financiamento a pequenas empresas

| Câmbio<br>Em 05/03/2008 |        |       |
|-------------------------|--------|-------|
|                         | Compra | Venda |
| Dólar                   | 2,390  | 2,391 |
| Euro                    | 3,019  | 3,020 |

### PRODUÇÃO NO PAÍS VAI AO FUNDO DO POÇO NO TRIMESTRE

05/03/2009 – Valor Econômico

O primeiro trimestre de 2009 desponta como o fundo do poço da siderurgia brasileira, avalia um consultor do setor. A esperada recuperação não veio. Nos cálculos do especialista, as usinas nacionais devem produzir no período, num cenário mais otimista, com ligeira recuperação de vendas em março, um volume máximo de 4,8 a 5 milhões de toneladas de aço bruto, que representa queda na faixa de 44 em relação às 8,6 milhões de toneladas um ano atrás. A recente convocação de novos turnos de trabalhadores pela indústria automobilística é "um bom sinal" para a indústria do aço, mas não é suficiente para sua recuperação, dado o nível atual de 50% de ociosidade da siderurgia, o mais baixo desde 1992, alerta a fonte.

Em janeiro, foram produzidas 1,6 milhão de toneladas de aço bruto, 46% abaixo de igual período de 2008. Para fevereiro, a expectativa é o mesmo volume e para março, algo entre 1,6 e 1,9 milhão de toneladas caso a indústria automobilística e outros setores da economia retomem a atividade, como está sendo previsto por economistas de bancos e consultorias. Esta performance é bastante negativa, na ótica da fonte consultada pelo Valor. O segundo trimestre pode ser semelhante ao primeiro com poucas probabilidades de "saída do poço". Alguma melhora pode acontecer no segundo semestre em resposta às ações do governo, como investimentos no PAC e isenção fiscal para alguns setores.

Para o especialista, caso se confirme um cenário de investimento (formação bruta de capital fixo) negativo, não haverá aumento de consumo de aço no país. "Quem segura a siderurgia é o investimento, ou seja, a construção civil, a indústria automotiva e a fabricação de bens de capital. O resto ajuda, mas não segura", diz. No seu cenário macroeconômico, o PIB do país deve crescer 1% este ano, o que já indica pouca possibilidade de aquecimento nas vendas de aço. "Quando o PIB sobe, o aço dispara, e quando retrai, o aço retrai também." Mesmo os investimentos na área de petróleo e gás, como a necessidade da chapa grossa para fazer navios - o que vem levando a uma briga entre a Transpetro e a Usiminas - são importantes, mas não suficientes para garantir sozinhos a engorda da carteira de pedidos da siderúrgicas do país.

Se não houver melhora na demanda por aço, a produção este ano pode situar-se na pior das hipóteses na faixa de 20 milhões de toneladas ou metade da capacidade instalada, de 41 milhões de toneladas de aço bruto por ano. Ou seja, se ficar na faixa de 1,6 milhão de toneladas ao mês. Se pular para 2,5 milhões de toneladas ou um pouco mais no segundo semestre, pode sinalizar uma produção anualizada próximo de 30 milhões de toneladas, o que já será "muito bom" na visão do especialista. "Se terminarmos dezembro com 80% de capacidade, será o melhor dos mundos."

Ele acredita, porém, que mesmo neste quadro de paralisia, as siderúrgicas estão capitalizadas, mas não vão tirar investimentos do papel, a não ser os que já estão em fase bem adiantada, como a construção da Cia. Siderúrgica do Atlântico (CSA), a da usina da Votorantim, em Resende (RJ), e da planta de tubos da Vallourec-Sumitomo, que somam R\$ 12 bilhões em investimentos. "O restante será adiado para dias melhores".

## RESTRIÇÃO PODE AFETAR NOVE SETORES

05/03/2009 - Valor Econômico

Na tentativa de conter as reivindicações argentinas para maior controle no comércio bilateral, o governo brasileiro tenta convencer empresários do setor privado a aceitar acordos "voluntários" de restrição de importações em pelo menos nove setores: calçados, têxteis, eletrodomésticos da linha branca (fogões e geladeiras), televisores, máquinas agrícolas, têxteis, calçados e couro, papel e siderurgia (tubos e chapas de aço). O secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Welber Barral teria sido destacado para negociar com o setor privado, informação que não é confirmada pelo ministério.

A medida é vista, no governo - e por alguns empresários - como uma alternativa viável à situação atual, em que os argentinos retêm vendas brasileiras atrasando a liberação de licenças de importação. O acordo, como já se fez no passado, daria maior previsibilidade aos negócios com o país vizinho, em um momento de crise na

economia local, que provoca aumento das pressões protecionistas. Há sinais de que a diplomacia argentina tem simpatia pela ideia, mas é uma incógnita a reação da ministra de produção, Débora Giorgio, que, na avaliação dos técnicos brasileiros, recebeu a incumbência de equilibrar a balança comercial da Argentina com o Brasil.

A Argentina importou do Brasil quase US\$ 4,4 bilhões a mais do que vendeu ao país no ano passado, embora a queda no comércio bilateral tenha reduzido esse déficit a apenas US\$ 60 milhões no primeiro bimestre de 2009. Entre janeiro e fevereiro deste ano, o sócio do Mercosul comprou US\$ 1,274 bilhão do Brasil, valor 41% inferior ao adquirido no mesmo período do ano passado. Aparentemente, a Argentina deseja que o equilíbrio ocorra também no comércio em setores onde quer estimular as indústrias locais.

Em fevereiro, reunida com mais dois ministros argentinos e três brasileiros no Palácio do Itamaraty, Giorgio não chegou a lançar a proposta de comércio administrado entre os dois países, mas reclamou dos déficits comerciais da Argentina com o Brasil em setores como "máquinas e aparelhos comuns e eletrônicos", de US\$ 2,8 bilhões, e máquinas agrícolas (quase US\$ 500 milhões). Na ocasião, ela citou também os setores de produtos siderúrgicos e de papel.

Só as exportações de têxteis, calçados e linha branca, que incluem produtos antes submetidos a acordos de limitação de exportações do Brasil à Argentina, chegam a quase 5% do total vendido pelos brasileiros ao vizinho do Mercosul. A inclusão de produtos siderúrgicos, papel e máquinas agrícolas elevaria substancialmente esse percentual, mas o governo não tem o cálculo exato. O Ministério do Desenvolvimento resistia a fazer mais concessões aos argentinos, mas não encontrou respaldo nem no Itamaraty nem no setor privado brasileiro.

"Estamos vendo que a situação argentina está se deteriorando. Não dá para ser brando com a Bolívia, a Venezuela, e endurecer com nosso principal sócio", comenta o vice-presidente da Associação de Exportadores Brasileiros (AEB), José Augusto de Castro.

O oferecimento de acordos com cotas informais de exportação ao vizinho não é garantia, porém, de que estará extinta a divergência entre as duas equipes econômicas, desejada pelas diplomacias dos dois países para evitar um fiasco na visita da presidente Cristina Kirchner a São Paulo, em 20 de março, ocasião em que encontrará o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O governo argentino, preocupado com a deterioração da balança comercial do país, tem emitido declarações de que quer o "equilíbrio" no comércio bilateral, e até sugere um mecanismo tipo "flex", como o usado no comércio do setor automotivo, pelo qual as vendas de um país ao outro estariam limitadas a um percentual das importações provenientes do sócio. Essa proposta não chegou a ser feita formalmente ao Brasil, mas ainda é a preferida do ministério comandado por Débora Giorgio.

## **IPI MENOR ATÉ JUNHO É TIDO COMO CERTO**

05/03/2009 – Gazeta do Povo

O mercado dá como certa a manutenção, por parte do governo federal, da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis pelo menos até o fim de junho. A renúncia fiscal entrou em vigor em dezembro com validade inicial até o

fim de março. Até agora, a estratégia tem mantido as vendas do setor em patamar semelhante ao de 2008.

Na tarde de ontem, no entanto, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgou nota negando a prorrogação da redução do IPI. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, também veio a público negar que a decisão sobre a continuidade do desconto tenha sido tomada.

A informação de que a prorrogação está definida vazou de dentro do próprio governo e já se fala em contrapartidas que seriam exigidas das montadoras. A negação pública dos dois ministros teria uma lógica: não atrapalhar as vendas de março.

O economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, diz não ter dúvidas de que a desoneração será esticada pelo menos até junho. Para ele, ao desmentir a prorrogação do IPI, o governo apenas se vale de uma estratégia inteligente. "Quando o governo diz que não vai prorrogar, é para fazer com que o consumidor continue comprando, e a indústria, produzindo e formando estoque", diz Borges. "Se ele não criar essa expectativa, o consumidor deixará para comprar depois", avalia.

"O volume atual de produção justifica a continuidade do plano. É praticamente certo que a redução de IPI vai ser mantida", diz o analista de mercado da CSM Worldwide Leonardo Machado. De acordo com ele, se a "promoção" de IPI for de fato encerrada no fim de março, haverá uma queda brusca na produção já no mês seguinte.

Confirmando-se a manutenção de IPI menor, a perspectiva é de picos na produção durante março e abril, com uma pequena desaceleração em maio e junho, segundo Machado. "O governo está entendendo que, mesmo com a arrecadação de IPI caindo, o resultado do mercado está se mantendo em níveis elevados."

Os números nacionais da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) para o segmento de automóveis e comerciais leves apontam em fevereiro aumento de 0,15% em relação ao mesmo mês de 2008, a primeira alta desde setembro. No Paraná, houve um decréscimo de 4,47% – número que não preocupa a diretoria estadual da federação, pois o patamar de comparação é alto.

#### Concessionárias

Na concessionária Fiat Florença, o planejamento do setor de vendas ainda leva em conta que o desconto do IPI acabará no fim deste mês. "Como por enquanto é tudo apenas especulação, estamos no ritmo original, projetando números como se o desconto fosse acabar", diz o gerente de vendas da Florença em Curitiba, Écio Camilo de Souza. Mas ele admite que o setor, incluindo bancos e financeiras, espera a continuidade da renúncia fiscal. "Enquanto houver esse incentivo haverá mais volume de vendas."

A avaliação é compartilhada pelo gerente de vendas da Volkswagen Servopa, Ricardo Kennedy Brunkow. Ele diz que a redução do IPI representou incremento de até 30% nas vendas. "Durante a crise, somente a redução do imposto pode manter o mercado aquecido. Os clientes procuram por isso", diz.

**MONTADORAS QUEREM TJLP MAIS BAIXA PARA VENDER CAMINHÕES**

05/03/2009 – Valor Econômico

Para a indústria automobilística, não basta o governo prorrogar o IPI reduzido. A direção da Ford propõe agora uma redução na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A medida ajudaria, na visão da empresa, a dar fôlego às vendas de caminhões, sobre as quais o efeito do IPI reduzido não surtiu um efeito tão positivo como nos automóveis.

*Marisa Cauduro/Valor*



*Golfarb, da Ford: "Não se fala em TJLP quando se olha o cenário da inflação"*

A TJLP é uma taxa usada no Finame, linha de financiamento do BNDES que sustenta a maior parte das vendas de caminhões no país. Mas não é apenas isso que leva o setor a defender redução na taxa. O BNDES também utiliza a TJLP no financiamento das exportações, outro foco de interesse da indústria automobilística, que vem reduzindo as vendas para outros países.

"Não se fala em taxa de longo prazo quando se olha o cenário da inflação", afirma o diretor de assuntos institucionais da Ford, Rogelio Golfarb. O executivo lembra que a TJLP pouco tem sido alterada, apesar de todas as mudanças nos demais índices da economia. Ele cita como exemplo o percentual da taxa de dois anos atrás. A TJLP estava em 6,5% em janeiro de 2007 e agora está em 6,25%.

Golfarb aponta ainda a agricultura e bens de capital como setores que seriam beneficiados com uma taxa de longo prazo mais baixa. "Uma medida assim teria o efeito de promover uma aceleração na atividade econômica", destaca.

No primeiro bimestre, as vendas de automóveis e comerciais leves recuaram 3,88%. Mas a queda do mercado de caminhões foi muito maior: houve uma retração de 20,71%.

As vendas de automóveis continuam embaladas pela redução do IPI. A princípio, o governo marcou para 31 de março o fim da vigência do benefício, em vigor desde meados de dezembro.

A indústria torce pela prorrogação. "Toda redução de impostos é bem-vinda", disse ontem o vice-presidente da General Motors, José Carlos Pinheiro Neto, por meio de porta-voz.

Golfarb, da Ford, diz que a empresa tem feito o seu orçamento sem contar com a prorrogação do incentivo fiscal. "Não podemos correr o risco", afirma. Segundo ele, não apenas o imposto reduzido como também a onda de descontos nas concessionárias e a volta da disponibilidade do crédito fizeram os volumes de vendas de carros subirem nos últimos meses. A venda de veículos em novembro, no auge da crise, foi de 177,8 mil unidades. Com a redução do IPI, o volume subiu para 194,5 mil unidades em janeiro e 197,5 mil em fevereiro.

No mercado, a expectativa de os preços não subirem no final do mês levou muita gente a procurar as concessionárias para tentar obter informações. Todas as marcas estão promovendo campanhas em torno do fim do IPI para atrair o consumidor.

O carro com motor 1.0, o mais beneficiado porque teve o IPI zerado, custa hoje 7% menos do que no início de dezembro, o que dá um desconto entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil. Nos automóveis com motores 1.6 a 2.0, o efeito da redução do imposto foi de 4% a 5%, o que acaba representando também abatimentos em torno de R\$ 3 mil. Embora não tenham sido incluídos no benefício, os veículos com motor acima de 2.0 estão sendo vendidos com descontos dados pelos fabricantes.

## **PRESIDENTE DA CNI É FAVORÁVEL À PRORROGAÇÃO DA REDUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS**

05/03/2009 – Agência CNI

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, afirmou nesta quinta-feira, 5 de março, em Brasília, que é favorável a uma prorrogação da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, válida até 31 deste mês e adotada pelo governo para estimular a demanda no setor. “Não sei dizer por quanto tempo, mas acho que por mais 90 dias seria razoável”, disse Monteiro Neto, que participou hoje do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

O líder empresarial ressaltou que não é favorável a algum tipo de garantia de manutenção do emprego em troca da prorrogação da redução do IPI. “Não gosto desse conceito. Acho que o que sustenta o emprego é a demanda. Não é acordo, não é vontade, é demanda”, argumentou Monteiro Neto. Ele acrescentou que, se houver sustentação do nível de demanda, “evidentemente que o setor não vai demitir”.

Juros

A respeito da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) na próxima semana, o presidente da CNI ressaltou que o Brasil está atrasado no uso da política monetária para se proteger da crise. “Há países que fizeram cortes de mais de 1,5 ponto percentual há bastante tempo, enquanto o Brasil ficou para trás, está atrasado na música”, disse. Para ele, existem condições para o Copom promover um corte maior do que um ponto percentual.

## **RECEITA ESTUDA COMO DEVOLVER IR DAS FÉRIAS**

05/03/2009 – Gazeta do Povo

A Receita Federal confirmou que estuda uma medida legal para devolver ao contribuinte o IR cobrado sobre férias vendidas ao empregador nos últimos cinco anos. A decisão de ressarcir o cidadão sem que ocorra o pedido retroativo ocorre por orientação da Procuradoria Geral da Fazenda.

Entendimento anterior da Receita dava conta de que o contribuinte deveria entregar declaração retificadora do IR dos últimos três anos (2006, 2007 e 2008) para reaver o valor pago. Para o IR de 2004 e 2005 seria preciso entrar na Justiça.

A explicação para a criação de outro meio de ressarcimento é que, ao fazer a retificadora, o cidadão iria diretamente para a malha fina, o que aumentaria a demora do processo para até cinco anos. A medida legal deve ser publicada em breve. O trabalhador que vendeu parte das suas férias em 2008 irá receber o dinheiro de volta quando entregar sua declaração neste ano – as empresas já entregaram o

comprovante de rendimentos a seus empregados contando a isenção sobre a venda das férias.

## **BB REDUZ TAXAS DE FINANCIAMENTO A PEQUENAS EMPRESAS**

05/03/2009 – O Estado do Paraná

O Banco do Brasil reduziu as taxas de juros para linhas de crédito às micro e pequenas empresas, destinadas à aquisição de matéria-prima, pagamento de impostos ou outras oportunidades de negócios.

Segundo o BB, a redução das taxas de juros é apenas para o produto BB Capital de Giro Mix Pasep, destinado a empresas privadas (pessoas jurídicas e empresários individuais) com faturamento bruto anual superior a R\$ 5 milhões e até R\$ 50 milhões.

A taxa mínima passou de taxa referencial (TR) mais 2,05% ao mês para TR mais 1,7% ao mês. Já a taxa máxima foi reduzida de 2,37% para 2% ao mês mais a TR, "de acordo com o relacionamento do cliente com o BB", informa o BB. O prazo para pagamento é de até 24 meses.

O saldo em carteira para a linha, segundo a instituição, é de R\$ 1,3 milhão, que atende aproximadamente 84 mil empresas. Parte dessa linha de crédito é constituída de recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep).